

EDITORIAL

Uso da Pesquisa em Ensino de Física na prática docente

Há sinais alvissareiros neste número, bem como nos próximos, de que vem crescendo o número de pesquisadores da área de Pesquisa em Ensino de Física (PEF) no Brasil e América Latina que têm escolhido a RBEF como instrumento de divulgação dos resultados de suas pesquisas. É uma demonstração inequívoca de que a RBEF pode atuar em complementação ao aclamado periódico *Investigações em Ensino de Ciências* (<http://www.if.ufrgs.br/public/ensino/revista.htm>), editado por Marco Antonio Moreira, que tem caráter mais restrito pois se destina exclusivamente para a investigação de temas de ensino/aprendizagem de ciências propriamente ditos.

Como a RBEF pretende alcançar uma abrangência maior procurando abordar ainda aspectos culturais, instrucionais e históricos da Física relevantes ao seu ensino e atingir um público mais amplo formado por professores do ensino médio e superior, estudantes de graduação e pós-graduação, e demais interessados no ensino de Física e Ciências de uma modo geral, urge realçar aqui uma questão recorrente que permeia inúmeras discussões em foros nacionais e internacionais. De que forma professores de Física podem se beneficiar das pesquisas do processo ensino/aprendizagem de ciências? Que efeitos podem causar nas disciplinas de cursos de licenciatura em física, tais como *Práticas de Ensino e Instrumentação para o Ensino* nem sempre ministradas por especialistas na área devido ao ainda incipiente número deles ou por políticas internas excludentes dos departamentos de física profissionais?

Em um interessante *Guest Comment* do *American Journal of Physics* de abril de 2001, Don Holcomb, do Departamento de Física da Universidade Cornell, levanta alguns pontos que podem ser úteis àqueles docentes que desejam melhorar a eficácia de suas aulas nos cursos de graduação e pós-graduação, mas têm que enfrentar responsabilidades outras, tais como fazer pesquisa de ponta em Física, manter regularidade

na produção científica – do contrário perdem a bolsa do CNPq –, orientar estudantes, participar da administração, elaborar projetos, submeter-se a uma carga didática pesada, etc. Um dos pontos-chaves é a definição de alguns critérios que permitam ao docente avaliar a utilidade e o possível impacto daquela pesquisa na melhoria da qualidade do processo de ensino/aprendizagem. “Convém ressaltar que PEF parece mais pesquisa em Ciências Sociais do que pesquisa em Física. Seu campo de estudo é gente e não matéria inanimada”, assinala Holcomb. Após um relato de suas preferências com relação à pesquisa na área desenvolvida nos Estados Unidos, Holcomb apela para todos os não pesquisadores em Ensino de Física para que evitem o velho e popular preconceito contra qualquer mudança substancial no ensino: “Eu aprendi física de um certo modo e atingi um nível bastante satisfatório de conhecimento. Assim, vou ensinar do jeito que aprendi. Se os estudantes de hoje se esforçarem vão aprender do mesmo modo que eu.” E qual a situação no Brasil? O que os docentes brasileiros, que não estão diretamente envolvidos, conhecem acerca da PEF? Esta é uma área de pesquisa tradicional no país. Inúmeros congressos especializados já foram realizados. Como os resultados da PEF têm sido – ou podem vir a ser – usados nas práticas docentes usuais nos cursos de Física? Para contribuir neste esforço, Susana Sousa Barros está coordenando um trabalho de levantamento e revisão bibliográfica dos principais artigos que contenham estudos básicos de fundamentação teórica, propostas concretas para a melhoria efetiva do ensino, avaliação de algumas experiências pedagógicas já realizadas no país e de material didático, paradidático e multimídia, com a finalidade de publicação na RBEF de uma *Resource Letter* nacional sobre a produção nacional em PEF. Sugestões são muito bem vindas.

Nelson Studart
Editor